

AJUDA MEMÓRIA DA REUNIÃO

REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS (CTPPP) - CBHSF

Data: 13/10/2020

Local: realizada por meio de Videoconferência (reunião digital)

Horário: 15h – 19h30

Quadro resumo dos encaminhamentos anexo à Ajuda Memória

Participantes:

Nome		Instituição
1.	Ana Catarina Pires de Azevedo Lopes	FEPEAL - Federação Pescadores de Alagoas
2.	Anselmo Barbosa Caires	Ass. Condutores de Visitantes de Morro do Chapéu
3.	João Paulo Leitão de Melo	Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Diamantina
4.	Johann Gnadlinger	IRPAA – Instituto Regional da pequena Agropecuária Apropriada
5.	Larissa Alves da Silva Rosa	MDR – Ministério do Desenvolvimento Regional
6.	Maria Nogueira Marques	OSCATMA – Org. Sócio Cult. Amigos do Tur. e do Meio
7.	Pedro Lessa	SEDURBS – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade
8.	Yvonilde Medeiros	UFBA – Universidade Federal da Bahia
CONVIDADOS/DEMAIS PARTICIPANTES		
9.	Anivaldo Miranda	Presidente CBHSF
10.	Rúbia Mansur	Agência Peixe Vivo
11.	Thiago Campos	Agência Peixe Vivo
12.	Francimara Pereira	Agência Peixe Vivo

1. Abertura e verificação de quórum.

Após a verificação do quórum, a Sra. Ana Catarina, Coordenadora da Câmara Técnica de Planos, Programas e Projetos - CTPPP, abriu a reunião e agradeceu a presença de todos.

2. Aprovação da Ajuda de memória das Reuniões CTPPP e verificação dos seus encaminhamentos.

18 e 19/03/2019 – Salvador

23 e 24/07/2019 – Belo Horizonte

14 e 15/10/2019 – Recife

13 e 14/02/2020 – Belo Horizonte

15/05/2020 – Videoconferência

Foram aprovadas as atas dos dias 18 e 19/03/2019 da reunião em Salvador/BA; dos dias 23 e 24/07/2019 da reunião em Belo Horizonte/MG; da reunião dos dias 14 e 15/10/2019 em Recife/PE; e do dia 15/05/2020 da

reunião por videoconferência. Na sequência, a Gerente de Integração da Agência Peixe Vivo, Rúbia Mansur, fez as complementações solicitadas por Ana Catarina, e prestou esclarecimentos em relação aos encaminhamentos na ata da reunião do dia 13 e 14/02/2020, realizada em Belo Horizonte/MG:

- Questão dos indicadores – A Sra. Rúbia Mansur informou que o relatório elaborado pelo Ângelo, em relação à oficina de indicadores de governança realizada em Salvador/BA em 2019 foi encaminhado. Na oportunidade fez a complementação na redação da ata, informando local e data no documento, conforme solicitado por Ana Catarina.
Encaminhamento: *Rúbia ficou de reenviar, por e-mail, o relatório da métrica aos membros da CTPPP.*
- III SIMPÓSIO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO – A Sra. Ana Catarina perguntou se o Simpósio foi realizado, e se não foi, se vai acontecer, e se será presencial ou não. A Sra. Rúbia Mansur informou que o Simpósio será realizado em dezembro, em formato on-line, gratuito, porém quem desejar participar a inscrição é obrigatória.
- RELATÓRIO DA EXPEDIÇÃO CIENTÍFICA BAIXO RIO SÃO FRANCISCO – Com relação ao Relatório da Expedição, a Sra. Rúbia Mansur informou que em julho recebeu o referido documento, enviado pelo o coordenador da expedição, Prof. Emerson da UFAL, e em sequência encaminhou para os membros da CTPPP.
Encaminhamento: *Rúbia ficou de reenviar, por e-mail, o relatório da expedição aos membros da CTPPP.*
- I SEMINÁRIO DE PESCA ARTESANAL DA BHSE – A pedido de Ana Catarina, a Sra. Rúbia Mansur informou, e complementou na ata da reunião dos dias 13 e 14/02/2020, que o evento foi realizado na cidade de Penedo/AL, em 30 e 31 de outubro de 2019.
- RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA CTPPP DE 2018 E 2019 – A Sra. Rúbia Mansur informou que após envio dos relatórios para Larissa Rosa, as complementações foram realizadas em conjunto com ela. A Sra. Larissa Rosa confirmou a conclusão do documento. Contudo, a Sra. Ana Catarina afirmou não ter recebido o documento revisado. Neste sentido, a Sra. Rúbia Mansur informou que irá mandar o relatório que foi fechado em conjunto com Larissa Rosa para o e-mail dos membros da CTPPP. Na oportunidade informou que está previsto para 2021, junto a Comunicação do CBHSF, um relatório diagramado, com as atividades de todas as Câmaras Técnicas do CBHSF. Que este relatório é um produto de comunicação e vai trazer todas as atividades das CTs de forma mais detalhada.
Encaminhamento: *Rúbia ficou de reenviar, por e-mail, o Relatório de Atividades da CTPPP referente ao exercício de 2018 e 2019 aos membros da CTPPP.*
- RELATÓRIO DA OFICINA DE SUSTENTABILIDADE HÍDRICA NO SEMIÁRIDO – A Sra. Rúbia Mansur informou que o relatório do evento foi revisado e enviado pelo Sr. Johann Gnadlinger e já está publicado no site do CBHSF.
- LAGOAS MARGINAIS – o Sr. Thiago Campos informou que o CBHSF venceu, a liminar caiu e o processo foi retomado no dia 06/10, e que há uma semana foram abertas as propostas técnicas, no momento o processo licitatório encontra-se em fase recursal e a expectativa para conclusão deste processo e início dos trabalhos é para o final do mês de novembro.
- PACTO DAS ÁGUAS: A Sra. Rúbia Mansur informou que os produtos referentes ao modelo conceitual do Pacto das Águas foram enviados para todos os membros da CTPPP junto com a convocatória e demais documentos da presente reunião.

- CONSULTORIA PARA LEVANTAMENTO DO STATUS DOS PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO BÁSICO ELABORADOS NA BHSF (Eixo II – Qualidade de Água e Saneamento) – A Sra. Ana Catarina pediu para informar na ata do dia 13 e 14/02/2020 o objetivo e a demanda do TDR referente a Contratação de Empresa Especializada para Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico para os 47 municípios contemplados nas quatro regiões fisiográficas do Rio São Francisco. Na oportunidade, relatou que a experiência vivida em Traipu chamou atenção para o questionário aplicado pela Agência Peixe Vivo, e questionou se as respostas obtidas com a aplicação do questionário trouxe o resultado desejado. Destacou que, a partir das respostas do questionário deveria saber o que foi, ou não foi transformado em plano, e na oportunidade, defendeu uma pesquisa nas câmaras municipais dos municípios para saber se o PMSB entregue pelo CBHSF ao município foi, ou não, transformado em lei. O Sr. Johann Gnadlinger lembra que existe a Deliberação nº 97/2017 que trata sobre a contratação de projetos com recursos do comitê, e que a mesma seja observada nos editais. A Gerente de Integração da APV informou também que o edital foi socializado através de e-mail encaminhado por Jacqueline Evangelista, da APV, a todos os membros da CTPPP.

Encaminhamento: *Rúbia Mansur ficou de fazer as complementações na Ata do dia 13 e 14/02/2020 solicitadas por Ana Catarina e Johann Gnadlinger.*

- REUNIÃO PARA ALINHAMENTO PROCESSO FLUXO DE TRABALHO – A Sra. Rúbia Mansur informou que não foi marcada a reunião para tratar do alinhamento do fluxo e processo de trabalho da APV, das demandas da DIREX e das Câmaras Técnicas, contudo, considerou que o trabalho junto à DIREC e CTPPP melhorou muito.
- ELABORAÇÃO DO PROJETO BÁSICO E EXECUTIVO PARA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA SAA KARIRI XOCÓ (Eixo II – Qualidade de Água e Saneamento) – O Sr. Thiago Campos informou que o projeto está praticamente concluído, e que estão fazendo revisões na planilha orçamentária que será complementada; complementou que no mês de novembro está planejada uma visita a aldeia pra fazer a apresentação para as lideranças e na presença de representantes, tanto do Comitê, quanto do MPF. Informou ainda a equipe do DSEI fez um acompanhamento muito bom, e que apesar dos atrasos que ocorreram, acredita que vai ser um projeto bem completo. Em resposta ao questionamento de Ana Catarina, o Gerente de Projetos da APV informou que a pretensão inicial é transformar este projeto em obra.
- AVANÇOS NO VALE DO PARAMIRIM PÓS CONFLITO DE USO (Eixo III – Quantidade de água e usos múltiplos) – O Sr. Anselmo Caires informou que com relação ao projeto de gestão dos recursos hídricos, à jusante da barragem Zabumbão, passou um relatório informando os avanços após implantação do conflito de 2015 para Roberto Farias, para uma apresentação na CTIL. Na oportunidade contextualizou os avanços que houve pós-conflito, destacando a conquista do Plano de Bacias e da construção de uma barragem no Rio da Caixa, afluente do Rio Paramirim. O Sr. Anselmo Caires informou ainda sobre TDR do CBHSF para recomposição da AAPP no município do Rio Paramirim, na margem direita e esquerda, dentro da jusante de Zabumbão até a divisa com Caturama; falou a respeito da modernização da irrigação do Vale do Paramirim, com a implantação das comportas a ser modelo para todos. Frisou que, embora contido no conflito, o Governo do Estado da Bahia não atendeu a solicitação para eletrificação da margem direita e esquerda, o que não faz com que os produtores se modernizem para irrigação. Por fim, falou do vídeo que está

sendo produzido pela comunicação do CBHSF, para mostrar as obras que estão sendo realizadas no Vale do Paramirim.

- PROJETO URUCUIA (Eixo III – Quantidade de água e usos múltiplos) – O Sr. Thiago Campos explicou que com relação a proposta que foi solicitada pela DIREC junto a CTAS foi a avaliação do impacto das captações nas Bacias do Corrente e Grande, domínio do Urucuia, para verificação de possíveis impactos sobre a vazão afluyente a Sobradinho. Disse que acompanhou as discussões, e que a proposta inicial seria a elaboração do termo de referência para averiguar esses possíveis impactos dessas captações para fazer uma modelagem matemática integrada de águas subterrâneas e superficial. No entanto, ao longo das discussões da CTAS, a CT modificou o objetivo dessa proposta, para se fazer inicialmente uma avaliação do estado da arte de como os Estados de MG e BA fazem para conceder ou não outorga para utilização das águas. Neste sentido, o Gerente de Projetos da APV informou que, na época, apresentou a proposta da CTAS para Anivaldo Miranda, que discordou e considerou não ser o momento de fazer a avaliação do estado da arte, e defendeu que a proposta encaminhada teria que ser para essa avaliação, essa modelagem. Concluiu informando que a proposta concluída pela CTAS deve prosseguir sob aprovação da DIREC.
- MONITORAMENTO DOS RESULTADOS DA FISCALIZAÇÃO PREVENTIVA INTEGRADA – FPI – A Sra. Ana Catarina afirmou que, após participar de uma reunião com os organizadores da FPI notou que o CBHSF gastava muito dinheiro com estas ações, e defendeu um monitoramento melhor dessas ações, a fim de acompanhar o aumento da quantidade e qualidade de água com todo o dinheiro empregado. Na oportunidade defendeu a necessidade de relatórios de acompanhamento destas atividades. A Sra. Rúbia Mansur informou que o intento para o próximo exercício é contratar uma consultoria para elaborar indicadores das ações da FPI, no que tange a Recursos Hídricos. Diz que está aguardando, da coordenação da FPI, diretrizes para elaboração do TDR. A Gerente de Integração da Agência Peixe Vivo diz que será elaborado um modelo de relatório que a coordenação da FPI deverá apresentar pós operações, com conteúdo mínimo com foco em RH e atendimento ao disposto no PRH SF.

A Sra. Rúbia Mansur fez as alterações proposta por Ana Catarina e Larissa Rosa e para ajustar algumas informações necessárias, sugeriu que a aprovação da ata da reunião dos dias 13 e 14/02/2020 seja feita na próxima reunião da CTPPP, proposta aprovada por todos. Como encaminhamento, a Sra. Rúbia fará os ajustes e complementos das informações necessárias no documento.

3. Assuntos Gerais:

- PAP: O Sr. Anivaldo Miranda informou que até o mês de dezembro o CBHSF precisa cumprir a análise de instrumentos estruturantes centrais, como o Contrato de Gestão e o Plano de Aplicação Financeira. Chamou atenção principalmente para a questão do PAP, e frisou que, assim como precisou do esforço da CTIL, irá precisar também do esforço da CTPPP. O presidente do CBHSF informou que a partir de 14/11, a DIREC vai começar a estudar este instrumento e, neste sentido, pediu para a CTPPP, trabalhando junto com a área técnica da APV, possam se debruçar na análise do PAP, visto que, até meados de novembro, o CBHSF tem que apresentar a versão definitiva. Esclareceu que a ANA enviou o modelo de PAP para todos os Comitês, no intuito de patronizar estes instrumentos, para tornar tudo mais objetivo e dinamizar a aplicação dos recursos da cobrança e dos resultados, o que, neste contexto, para o Sr. Anivaldo, é um pouco diferente da realidade do

CBHSF; neste sentido, defendeu que os Comitês, através de suas instâncias, observem com atenção algumas questões presentes no documento. Pontuou também a necessidade de trabalhar as demandas do CBHSF dentro desta nova proposta, que está mais simplificada. Explicou que ao lançar um olhar sobre o PAP, é preciso pensar sobre como dar mais dinamismo, mais volume aos processos dos investimentos do Comitê, levando em consideração a capacidade de execução da APV. Neste sentido defendeu maiores investimento através de grandes projetos, como o enquadramento da calha central do Rio SF, sem abrir mão e conciliando com investimentos tradicionais, citando como exemplo, os pequenos projetos demonstrativos, projetos de recuperação hidroambiental, projetos de pesquisa, projetos de expedições científicas e projetos junto à comunidade. Na oportunidade, o presidente do CBHSF solicitou a CTPPP pautar em como dar continuidade para que a APV coloque no seu calendário de ações a completude de todo o enquadramento da calha do São Francisco. A Sra. Ana Catarina propôs que o documento (PAP) fosse trabalho na CTPPP em conjunto com o GACG. A Sra. Rúbia Mansur explicou que o GACG está trabalhando na nova proposta do Contrato de Gestão, das metas, do plano de trabalho do contrato, e o PAP será trabalhado em paralelo na CTPPP e na DIREC. Destacou que o coordenador do GACG é Juliane Tolentino, que faz parte da diretoria, que facilitará na convergência das informações. Larissa Rosa e Ana Catarina ficaram responsáveis pelo acompanhamento do PAP na CTPPP.

- UHE FORMOSO: O Sr. Anivaldo Miranda falou que o CBHSF está ultimando o estudo sobre a UHE Rio Formoso, que considerou importante para fazer uma conexão entre a construção da hidroelétrica e Plano de Bacia do CBHSF. Neste sentido, pontuou que, embora este tipo de equipamento não esteja contemplado no horizonte do Plano que foi aprovado, a CTIL já foi encarregada de estabelecer quais são as competências do Comitê neste contexto. Solicitou a CTPPP, sem prejuízo das prioridades maiores, fazer o contraponto entre esse equipamento e o que está disposto no PRH SF, sobretudo, às áreas de restrição de uso, à questão de critérios para construção equipamentos dessa monta, e como o plano trata disso na questão de suas prioridades, no balanço geral da demanda hídrica.

- RESOLUÇÃO DIREC 111/2020, que demanda a CTPPP diretrizes para elaboração de TDR, por parte da APV para o levantamento de barramentos de rejeitos industriais e de mineração cadastrados na BHSF e enquadrados em lei e seus impactos para a qualidade da água na BHSF: Ana Catarina informou que a CTPPP recebeu a Resolução nº 111 da DIREC e pediu para Anivaldo Miranda explicitar o que a DIREC quer da CTPPP com relação a esta demanda. Ressaltou que a CTPPP propôs e já tinha como encaminhamento fazer um seminário e contratar um consultor para trabalhar nesta temática. Anivaldo explicou que uma coisa é o trabalho de longo curso, dentro do Plano, da Política de Segurança de Barragens, que o GT de Segurança de Barragens da CTPPP vem fazendo; outra coisa, é a solicitação da diretoria, através da referida resolução, que é a CTPPP traçar diretrizes para TDR cujo objeto é um inventário para amplo uso de informação a fim de conhecer qual o estado da arte de todos das barragens da bacia do SF. Neste sentido, solicitou também que a CTPPP trabalhe no exame da nova Lei de Segurança de Barragem. Disse ainda que este estudo poderá ser feito por uma consultoria, caso a CTPPP considere necessário. Sugeriu a CT entrar em contato com Almacks Luís, representante dos Comitês Federais de Bacias na Câmara Técnica de Segurança de Barragens para contribuir neste trabalho; e se colocou a disposição. A Sra. Ana Catarina enfatizou que as informações sobre as barragens foram pesquisadas e levantadas para a construção plano diretor do CBHSF, e neste sentido sugeriu utilizar estas informações, e se a APV não tiver esses dados em seu sistema de informação, solicitar aos Estados da Bacia do SF. Afirmou ter compreendido que o objetivo final da diretoria é um inventário, o estado da arte das barragens, priorizando os equipamentos de maior risco e os futuros danos. Para tanto, para colaborar com os trabalhos, sugeriu também o nome de Carlos Henrique, uma vez que ele faz parte do Conselho Nacional de Segurança de Barragem. A Sra. Larissa Rosa

considerou a ordem de fluxo inversa, para ela primeiramente a APV deve elaborar o TDR e depois encaminhar para análise da CTPPP. A Sra. Yvonilde Medeiros concordou com Larissa Rosa. A Sra. Ana Catarina destacou que é a primeira vez que a CTPPP recebe uma resolução que atribui a CTPPP participar diretamente do processo de elaboração, para analisar e fazer suas contribuições. Neste sentido, considerou importante a formação de um GT na CTPPP para trabalhar nesta demanda. Para tanto, foi reestruturado o GT de Segurança de Barragem da CTPPP, formado por Ana Catarina, João Paulo (coordenador), Yvonilde Medeiros, e serão convidados a participar deste GT Almacks Luis e Carlos Henrique. Como encaminhamento ficou de Yvonilde Medeiros conversar com Carlos Henrique e João Paulo entrar em contato com Almacks Luís, a fim de agendarem uma reunião do GT para tratarem sobre a questão.

4. Informes:

- GT SIGA – Yvonilde Medeiros

A Sra. Yvonilde Medeiros informou que o trabalho do SIGA sofreu atrasos por conta da pandemia, e à entrega de relatório de dados dos órgãos gestores, que estão paulatinamente entregando suas informações. Contudo, de acordo os relatórios que vem recebendo, o SIGA está dentro do prazo disposto no plano de trabalho.

- GT Enquadramento – Yvonilde Medeiros

A Sra. Yvonilde Medeiros informou que já saiu o edital do enquadramento, e muitas empresas participaram, o que considerou bom, pois mostra uma concorrência e o interesse que existe. Frisou que a demanda ainda está em processo de licitação.

- GT Monitoramento - Maria Nogueira

A Sra. Maria Nogueira informou que empresa contratada, a Profil, realizou primeira reunião com o GT Monitoramento em abril, e por conta da pandemia houve um atraso muito grande no processo. Disse que o diagnóstico estava previsto para ser em 4 períodos de ciclos: verão, outono, inverno e primavera, mas infelizmente não conseguiu ser realizado conforme programado. Com relação as coletas, informou que começaram a serem realizados no mês de julho. A representante do GT destacou ainda que, em uma reunião em que estiveram presentes representantes da empresa e dos estados de Alagoas e Sergipe foram escolhidos 7 pontos para fazer esse monitoramento, sendo 5 pontos escolhidos pelo grupo: um ponto começando no Colégio de Porto Real em Propriá; um ponto no Rio Piauí em Alagoas; e mais 3 pontos próximos da foz. Considerou o trabalho que está sendo realizado como bem completo e complexo. A Sra. Maria Nogueira informou também que a empresa Profil já apresentou dois relatórios: o primeiro do plano de trabalho, e o segundo dos procedimentos e cronograma para coleta, que foram avaliados por ela; representantes dos estados de AL e SE, além da APV e profissionais da ANA. Sra. Maria Nogueira explicou que embora questionado o curto período entre uma coleta e outra, apresentado no relatório, foi justificado que estas coletas no período de cheia e de seca acabaram ficando muito próximos devido a pandemia, e a data limite para encerramento do contrato, haja vista a determinação da ANA para conclusão é início de dezembro. Dessa forma, para que a empresa tenha tempo hábil para fazer o relatório final, trabalhar os dados e concluir o processo, acabou que as coletas ficaram bem próximas. Explicou que o diagnóstico é só da Foz do Rio SF, não é do Baixo SF como um todo. Ressaltou ainda que por conta da batimetria e outros serviços, o custo do serviço ficou alto, contudo, o grupo conseguiu que o espaço do diagnóstico fosse realizado até o município Porto Real do Colégio. Por fim, a Sra. Maria Nogueira pontuou que não foi levantado a questão de se avaliar o problema com relação a macha de óleo, pois

na construção do TDR não havia ocorrido essa questão e nem se imaginava neste acidente ambiental, e que por este motivo não está prescrito a avaliação da contaminação, de petróleo na água. A Sra. Ana Catarina considerou importantes essas informações que estão sendo levantadas com o monitoramento serem anexadas e cruzadas com os dados levantados com a expedição do Rio SF. Sugeriu a Maria Nogueira repassar algumas informações que considere importante para complementar o estudo que está sendo realizado. Por fim, a Sra. Ana Catarina parabenizou Maria Nogueira pelo trabalho, a quem considerou peça-chave no processo.

- Resolução DIREC nº 95 – Estudo Privatizações

O Sr. Thiago Campos apresentou a Resolução nº 95/2020 que dispõe sobre contratação de consultoria para avaliação das consequências da privatização do setor elétrico para BHSF. Informou que a proposta não está concluída, que solicitou a Anivaldo Miranda um prazo até dezembro para conclusão, e expôs a dificuldade de fazer um enquadramento numa justificativa dessa contratação. Explicou que o intento era fazer a contratação via banco de horas, por meio da Consominas, contudo, não há horas suficientes no banco de horas para realizar esse serviço, sendo necessário fazer a contratação de uma consultoria. A Sra. Ana Catarina ressaltou que o texto título da resolução não está coerente com a demanda solicitada, uma vez que não ocorreu ainda a privatização do setor elétrico. Neste sentido, sugeriu a reformulação do texto onde se lê *“dispões sobre contratação de consultoria para avaliação das consequências da privatização do setor elétrico para BHSF”* para *“dispor para um diagnóstico de possíveis consequências em função de uma possível privatização do setor elétrico para BHSF”*.

- Resolução DIREC nº 97 – Aprova propostas projetos semiárido

O Sr. Thiago Campos fez a apresentação da Resolução DIREC/CBHSF nº 97/2020 que aprova a contratação de projetos com foco na Sustentabilidade Hídrica no Semiárido, proveniente do Chamamento Público CBHSF nº 02/2019. Na oportunidade, apresentou também quais foram as propostas aprovadas e encaminhadas pelas quatro CCRs, e informou que a empresa que vai desenvolver estes projetos já foi contratada; que a previsão para início dos trabalhos de parte destes projetos é para o primeiro semestre de 2021; e que já foi feito contato com os demandantes, que estão aguardando a visita da empresa. A Sra. Ana Catarina frisou a necessidade de um acompanhamento maior com os projetos apresentados pelas prefeituras, para, independente destes projetos, terem sido gestados na prefeitura, identifique pessoas da localidade que possam dar continuidade ao mesmo.

- Resolução DIREC nº 104 – Projeto Guavinipan

Na sequência, o gerente de Projetos da APV apresentou a Resolução DIREC/CBHSF nº 104/2020 que aprova o a contratação do Projeto de Zoneamento Ambiental Produtivo da Bacia do Rio Guavinipan. Explicou a demanda foi um projeto especial, encaminhado pela DIREC para elaborar o zoneamento ambiental e produtivo da Bacia do Rio Guavinipan, localizado no norte de MG, cuja demanda se encontra em processo de licitação.

- Resolução DIREC nº 105 – Consultor UHE Formoso

Em continuidade, o Sr. Thiago Campos, apresentou a Resolução DIREC/CBHSF nº 105/2020 referente a contratação de Consultoria para avaliar os impactos ambientais em decorrência da UHE Formoso e informou processo está concluído e o parecer técnico elaborado está em fase final de revisão. Informou ainda que na presente data, pela manhã, esteve reunido com Anivaldo Miranda, presidente do CBHSF e Altino Rodrigues, coordenador da CCR Alto, para tratativas relacionadas a esta demanda. Por fim, afirmou que ainda neste mês de outubro o documento será encaminhado para conhecimento geral.

- Resolução DIREC nº 106 – Consultor Usina Nuclear

Após apresentar a Resolução DIREC/CBHSF nº 106/2020 que dispõe sobre a contratação de consultoria para elaboração de avaliação de impactos ambientais em decorrência do projeto de implantação de Usina Nuclear em Itacuruba/PE, o Sr. Thiago Campos afirmou que já existe uma proposta de TDR, cuja tréplica foi encaminhada para Anivaldo Miranda, sendo que a APV está aguardando o retorno com as considerações do presidente do CBHSF para fazer os ajustes necessários e encaminhar para contratação. O Sr. Johann Gnadlinger informou que está fazendo um trabalho, como acompanhamento, não diretamente ligado ao CBHSF, mas sim grupos que estão se organizando, preocupados com a possível implantação da usina atômica em Itacuruba. Afirmou que há um grupo anti-nuclear virtual, que realiza lives a cada 15 dias e estão estudando as consequências da usina nuclear, não só Itacuruba, mas de outras regiões na Bacia, e do Brasil. Informou ainda que o Professor Célio da USP, engenheiro mecânico, que possui um estudo da energia nuclear no Brasil, faz parte deste grupo anti-nuclear. Por fim, o Sr. Johann Gnadlinger destacou a importância da conscientização da população.

5. Apresentação da Metodologia desenvolvida para o processo Pacto das Águas – Thiago Campos

A Sra. Rúbia Mansur iniciou contextualizando sobre o Pacto das Águas, destacando que não é o Pacto em si, mas um modelo conceitual. Afirmou que Léo Mitre, o consultor contratado, fez a apresentação da metodologia do Pacto das Águas na Plenária do CBHSF, realizada em dezembro de 2019, e construiu uma minuta de deliberação que deverá ser encaminhada para os membros do Comitê em novembro, para aprovação. Neste sentido, a Sra. Rúbia Mansur informou que a DIREC solicitou que esta metodologia fosse amplamente divulgada nas CTs e nas CCRs, para recolhimento de contribuições. Considerou ser o momento para os membros dos CBHSF, via CTs e CCRs, contribuírem com proposições em relação a essa metodologia. Em seguida o Sr. Thiago Campos fez a apresentação da metodologia do Pacto das Águas, destacando seus objetivos e metas. O Gerente de Projetos da APV enfatizou a necessidade de o Pacto das Águas ser visto como um processo tem etapas, para tanto precisa haver um planejamento, todas as instâncias e membros do CBHSF devem estar de acordo com aquilo que vai ser assinado. Ressaltou que a DIREC do CBHSF espera das CTs contribuições para que a deliberação seja aprimorada. Por fim, considerou que o legado que poderia ser deixado é essa deliberação aprovada em plenária, que é um compromisso, algo a ser alcançado pelas próximas gestões que virão. A Sra. Yvonilde Medeiros comentou que, quando o grupo da CTPPP foi formado, houve uma divisão de atividades, e na oportunidade foi constituído um GT dentro da CT, coordenado por ela, que tratava da questão de alocação de água, desenvolvia pacto, etc. Abordou que esse assunto nunca veio à CT para ser discutido. Defendeu que, oficialmente, a temática do Pacto das Águas precisa ser discutida dentro da CT, para que o GT e a própria CT tenham como contribuir sobre o trabalho que foi iniciado. Neste sentido, defendeu que a DIREC seja informada que o pacto tem que ser acompanhado pelo GT da CT, que ficará responsável pelo acompanhamento dessa proposta de pacto. Na oportunidade, sugeriu a reativação do GT, e a nova composição foi formada por Johan, João Paulo, sob a coordenação de Yvonilde Medeiros. Defendeu também que o pacto precisa estar dentro das diretrizes do Plano de Recursos Hídricos do Rio SF. Com a palavra, Johan ressaltou que a ação ambiental não aparece no Pacto das Águas. Defendeu maior entrosamento e que mais pessoas devam estudar esse pacto, para não ficar uma coisa meio imposta. Refletiu se é o momento de publicar esse pacto, pois, para ele, talvez seja melhor aprofundar o consenso. O Sr. Johan considerou importante incluir também o rio no pacto de forma mais integrada, levando em consideração a natureza, a economia e os usuários, trazer integralidade do rio como sujeito. A Sra. Larissa Rosa sugeriu que a CTPPP fizesse articulação com a CTAI. Para ela é importante esperar a deliberação que vai

definir a metodologia e depois de aprovado no plenário, a CTPPP pensar como vai se inserir perante ao que foi aprovado. A Sra. Ana Catarina frisou a importância de usar a experiência dos termos de compromisso com os Estados; usar a base de informações do SIGA, contudo, defendeu que pacto não é só informação, e portanto, o SIGA precisa se apropriar das informações da FPI, dos Simpósios e da Expedição para não se ter dados, e sim informações sobre a Bacia. Considerou também importante, neste contexto do pacto, usar a experiência do enquadramento de água; considerar os acordos de quantidade e qualidade de água, que não deverão sair da visão do CBHSF; e incorporar a ANA, como órgão gestor, na construção do Pacto das Águas. Para a coordenadora da CTPPP a construção deste pacto tem que estar dentro das diretrizes do plano, pois não se está construindo um novo pacto de um novo rio e sim daquele rio que já tem o instrumento de planejamento que é o Plano de Bacia. Por fim, afirmou que o pacto é um caminho, e que o rio tem que ser o sujeito desse caminhar, não perder esse olhar, porque senão se vai para a técnica, que está fora, e se perde o olhar, o foco no rio, falando, neste contexto, das pessoas que estão no rio, dos usuários, da natureza, dos peixes.

8. Encerramento

Não havendo mais assuntos a tratar, a coordenadora da CTPPP, Sra. Ana Catarina, agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião às 19h30min.

Reunião realizada por meio de videoconferência no dia 13 de outubro de 2020

Ana Catarina Pires de Azevedo Lopes
Coordenadora da CTPPP

Larissa Alves da Silva Rosa
Secretária da CTPPP

Abaixo quadro resumo dos encaminhamentos.

RESUMO DOS ENCAMINHAMENTOS

	ENCAMINHAMENTO	RESPONSÁVEL	PRAZO
1.	Fazer as complementações na ata do dia 13 e 14/02/2020, realizada em Belo Horizonte/MG, para aprovação na próxima Reunião CTPPP.	Rúbia Mansur	Para pautar na próxima reunião
2.	Analisar o PAP.	Ana Catarina e Larissa Rosa	Após apresentação do PAP pela APV e recebimento da Demanda pela DIREC
3.	Fazer o contraponto entre a construção da UHE Formoso e o que está disposto no PRH SF, levando em consideração às áreas de restrição de uso, à questão de critérios para construção equipamentos dessa monta, e como o plano trata disso na questão de suas prioridades, no balanço geral da demanda hídrica.	GT Segurança de Barragem	Imediato
4.	Resolução DIREC/CBHSF nº 111/2020 - fazer um inventário pra amplo uso de informação a fim de conhecer qual o estado da arte de todos das barragens da bacia do SF.	GT Segurança de Barragem	A definir na próxima reunião do GT
5.	Exame da nova Lei de Segurança de Barragem.	GT Segurança de Barragem	A definir na próxima reunião do GT
6.	Convidar Almacks para participar do GT Segurança de Barragem.	João Paulo GT Segurança de Barragem	Imediato
7.	Convidar Carlos Henrique para participar do GT Segurança de Barragem.	Yvonilde Medeiros GT Segurança de Barragem	Imediato
8.	Marcar reunião do GT Segurança de Barragem.		Imediato